

# O ATAQUE DA AL-QAIDA A VESTEFÁLIA (OU BIN LADEN CONTRA RICHELIEU)

*João Marques de Almeida*

O pan-islamismo radical constitui uma séria ameaça ao secularismo internacional, norma central na ordem política mundial desde a Paz de Vestefália, de 1648. O secularismo internacional apoia-se em dois princípios: a organização da vida religiosa no interior dos estados é uma prerrogativa das autoridades soberanas, e não de poderes supranacionais ou de movimentos revolucionários transnacionais, e a identidade religiosa não deve determinar as políticas externas, nomeadamente as estratégias de alianças. A emergência do pan-islamismo radical, após os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001, como um factor central da política mundial questiona, de um modo fundamental, aqueles dois princípios. Estes são os principais argumentos do texto que se segue.

A primeira parte trata da emergência do secularismo internacional como uma norma fundadora da sociedade internacional moderna. Curiosamente, como se verá, um dos seus «pais fundadores» foi um cardeal, Richelieu, durante a Guerra dos Trinta Anos. Em grande medida, como resultado de alianças políticas celebradas durante a guerra para garantir a segurança da França. Apesar de ser um Estado católico, e de Richelieu ter contribuído de um modo decisivo para internamente derrotar os huguenotes (os protestantes franceses), no plano externo a França combateu contra monarquias católicas e aliou-se a estados protestantes. No século XVII, esta originalidade exigiu uma doutrina que a justificasse.

A expansão europeia promoveu a ideia de sociedade internacional e o seu princípio fundador, o secularismo internacional. Para os europeus, a expansão imperial foi, quase sempre, compatível com o pluralismo religioso. As igrejas tinham liberdade para promover as suas religiões entre os nativos, mas os poderes políticos europeus não só normalmente respeitavam as religiões locais como faziam alianças com estados e monarcas não-cristãos.

A segunda parte discute a evolução do pan-islamismo radical, começando a análise em 1979, na Revolução Iraniana, indo até 2001, passando pelo fim da Guerra Fria, embora recuando até às origens da Irmandade Muçulmana, após a II Guerra Mundial, e à cria-

ção do Paquistão. Esta análise histórica permite entender o lugar central de duas ideias no pan-islamismo radical: a identidade religiosa é anterior e mais importante do que a norma da soberania nacional, e os poderes muçulmanos devem ser aliados contra os estados infiéis.

### **A PAZ DE VESTEFÁLIA, O SECULARISMO INTERNACIONAL E A EXPANSÃO DO SISTEMA POLÍTICO DE ESTADOS**

Desde o Renascimento, a Europa assistiu ao crescimento das tradições seculares do pensamento político. Autores como Maquiavel, Bodin, Lipsius, Montaigne, ou Erasmo foram figuras centrais na evolução das ideias seculares<sup>1</sup>. No entanto, a emergência das correntes seculares não esgota a história europeia dos séculos XVI e XVII. A Europa assistiu igualmente à Reforma protestante, à Contra-Reforma católica e à elevação da religião a um lugar central da política do continente<sup>2</sup>. As paixões confessionais causaram guerras civis e uma série de conflitos entre católicos e protestantes, os quais, em 1618, culminaram numa guerra europeia, a Guerra dos Trinta Anos.

Devido a um conjunto de razões estratégicas e políticas, o principal interesse francês, no início da Guerra dos Trinta Anos, seria derrotar o imperialismo dos Habsburgos. Seria a condição para a consolidação do Estado francês na política europeia. Dito de outro modo, a coligação entre os Habsburgos austríacos e espanhóis era o grande obstáculo no caminho da França para o estatuto de grande potência europeia. Ora, a Áustria e a Espanha eram reinos católicos, os quais contavam de resto com o apoio da Santa Sé. Os seus principais inimigos eram os poderes protestantes, como a Suécia, as Províncias Unidas (os actuais Países Baixos) e os estados luteranos e calvinistas do Sacro-Império Romano do Ocidente. Por razões óbvias, estes últimos seriam os aliados naturais da França. Assim, aliada a estados protestantes e a combater os poderes católicos, Paris teria de conduzir uma política externa confessionalmente neutral. Por isso, Richelieu (o equivalente, na época, a um actual primeiro-ministro) afirmou repetidas vezes que «a França não tem a intenção de intervir numa guerra religiosa»<sup>3</sup>. Para ele, o conflito era político e estratégico.

De acordo com a sua orientação secular, a França estabeleceria as suas alianças com qualquer Estado, independentemente da sua religião, e apenas de acordo com os interesses nacionais franceses. Vejamos então a política de alianças da França: em 1624, tratado de aliança com as Províncias Unidas (calvinistas), depois renovado em 1635; em 1625, aliança com a Inglaterra (Igreja Anglicana); em 1631, tratado de aliança com a Suécia (luterana) e tratado defensivo com a Baviera (católica). Na Guerra dos Trinta Anos, a França prosseguia objectivos políticos, e não confessionais.

Após a Guerra dos Trinta Anos e a Paz de Vestefália, o que tinha sido sobretudo uma «prática francesa» transformou-se numa doutrina aceite pelos estados europeus: os interesses políticos, e não as considerações confessionais, seriam o critério de alianças externas. O fim da Guerra dos Trinta Anos permitiu a reconstrução da *respublica Christiana*,

após as revoluções provocadas pela Reforma, e os tratados de Münster e de Osnabrück (a Paz de Vestefália) consagraram essa reconstrução. Neste contexto, interessa sublinhar três transformações. Em primeiro lugar, a *respublica Christiana* deixou de ser uma «república de católicos» e passou a ser uma «república de cristãos europeus». Todos eles potenciais aliados e adversários uns dos outros. Iniciava-se assim a secularização da *respublica Christiana*. Seria um passo fundamental para a conceptualização da Europa, durante o século XVIII, em termos de uma grande «república política», como é claro no pensamento de autores como Montesquieu, Gibbon, Vattel, Voltaire, Hume e Burke<sup>4</sup>.

Em segundo lugar, a política europeia deixava de estar centrada nas relações suserano-vassalo e seria cada vez mais organizada à volta da norma da igualdade soberana<sup>5</sup>. Não se julgue, no entanto, que a condição de soberano significava a negação de obrigações internacionais. Os «príncipes europeus» tinham a consciência de pertencerem a um todo, a *respublica Christiana* europeia, e que uma das suas responsabilidades políticas seria garantir o funcionamento dessa ordem política<sup>6</sup>. Todos eles eram simultaneamente monarcas dos seus estados e príncipes da Europa. Aliás, após a Paz de Vestefália, o *ius publicum europæum* passou a ter um lugar central na *respublica* europeia<sup>7</sup>.

Por fim, a Paz de Vestefália consagrou uma nova interpretação do princípio *cuius régio, eius religio*<sup>8</sup>. Manteve a soberania confessional, reconhecida na Paz de Augsburg, de 1555, mas impôs limites ao poder do soberano. A liberdade confessional das minorias religiosas deveria ser respeitada, para garantir a estabilidade política europeia. O Estado confessional, que dominou a política europeia entre 1555 e 1648, iria assim transformar-se gradualmente em Estado secular, neutral em termos confessionais e respeitador dos direitos das minorias religiosas. Convém sublinhar a dupla natureza do Estado secular europeu: soberano em relação ao arranjo da vida confessional no seu território, livre da interferência de autoridades supranacionais ou de movimentos transnacionais; mas respeitador do pluralismo e da liberdade religiosa no interior das suas fronteiras.

Podemos assim afirmar que após a Paz de Vestefália, o princípio do secularismo tornou-se um pilar central da ordem política europeia. As considerações confessionais deixavam de definir as políticas externas e

no plano interno os estados seriam soberanos para organizar a sua vida confessional, respeitando o pluralismo religioso. A natureza secular da *respublica* europeia seria testada com a necessidade de incluir no sistema político europeu os seus dois grandes vizinhos orientais: um, cristão ortodoxo, a Rússia; e o outro, muçulmano, o Império Otomano.

Até ao século XVIII, a Rússia tinha uma posição marginal no sistema político europeu<sup>9</sup>. Durante o século XVII, após a subida ao poder da dinastia Romanov (em 1613), Moscovo prosseguiu um duplo objectivo: consolidar e modernizar o Estado e libertar-se do

A NATUREZA SECULAR DA *RESPUBLICA* EUROPEIA  
SERIA TESTADA COM A NECESSIDADE DE INCLUIR  
NO SISTEMA POLÍTICO EUROPEU OS SEUS DOIS  
GRANDES VIZINHOS ORIENTAIS: UM, CRISTÃO  
ORTODOXO, E OUTRO, MUÇULMANO.

domínio polaco, consolidando a sua base territorial e as suas fronteiras a ocidente. Estas eram, de resto, as duas condições para ser aceite como membro pleno da *respublica* europeia. A modernização, ou «europeização», no sentido de formar uma elite com costumes e valores europeus, que garantisse a eficácia do Estado e a governabilidade do vasto território russo, não implicava o abandono do cristianismo oriental. Para o que nos interessa, é este o ponto essencial. O pluralismo religioso e o secularismo

O PLURALISMO RELIGIOSO E O SECULARISMO  
LEVARAM A *RESPUBLICA* EUROPEIA A ACEITAR  
DESDE O INÍCIO A RÚSSIA ORTODOXA.

levaram a *respublica* europeia a aceitar desde o início a Rússia ortodoxa. O século XVIII foi o século da plena integração do Estado russo na sociedade internacional europeia. A Rússia desempenhou, depois, um papel

determinante nas Guerras Napoleónicas e, durante o Congresso de Viena, de 1815, tornou-se uma das principais potências do concerto europeu. A religião nunca foi uma questão central desde que os Romanov libertaram a Rússia da subordinação à Polónia e à Suécia e a transformaram numa grande potência europeia. Nem poderia ter sido, à luz dos valores consagrados pela Paz de Vestefália.

O caso otomano foi mais complicado, mas nem assim colocou em causa o secularismo do sistema político europeu. A inclusão plena do Império Otomano no sistema político europeu conheceu um percurso quase inverso ao do Império Russo. Como vimos, a integração da Rússia foi uma consequência da expansão do seu poder. O Império Otomano só foi plenamente integrado quando já se tinha iniciado o seu declínio. Há três períodos nas relações entre a *respublica Christiana* e depois a *respublica* europeia e o Império Otomano<sup>10</sup>.

Em primeiro lugar, o período em que o Império Otomano fazia parte do «sistema de guerras» europeu sem pertencer à *respublica Christiana*, período que vai de 1535 a 1740. Foi o período da expansão otomana na Europa, após a conquista de Constantinopla, em que o império chegou aos Balcãs Ocidentais e ao Centro da Europa. O Império Otomano entrava, assim, nas contas estratégicas e geopolíticas das potências europeias em guerras umas contra as outras. As monarquias europeias faziam alianças de guerra e tratados de paz com Constantinopla, sem contudo esquecer que um império muçulmano não poderia ser integrado na *respublica Christiana*. O tratado de 1535, entre «o Rei mais Cristão da Europa» (o monarca francês) e o Império Otomano inaugurou o padrão, em que normalmente a França, a Inglaterra (mais tarde, a partir de 1703, o Reino Unido) e os Países Baixos assinavam alianças de guerra e o Império Austríaco e o Império Russo concluíam tratados de paz. A qualificação sobre a cristandade da monarquia francesa é simbólica. Só um país onde o secularismo, como vimos com Richelieu, começou bem antes do laicismo mais moderno e ideológico, é que poderia assinar uma aliança com um império muçulmano e, simultaneamente, o seu soberano proclamar-se o «rei mais cristão da Europa». Seria difícil encontrar um exemplo melhor da separação entre a identidade religiosa e os interesses políticos.

O segundo período iniciou-se em 1740 e pode considerar-se a fase da semi-integração do Império Otomano na *respublica* europeia. Começou com a assinatura entre a França

(de novo) e Constantinopla de um tratado comercial. O Império Otomano já não servia apenas para as estratégias de guerra, sendo também útil para estabelecer relações económicas e comerciais. Todavia, ainda não era considerado um membro pleno da sociedade europeia de estados. Após a França, até ao final do século XVIII, o Reino Unido, os Países Baixos, a Prússia e a Espanha assinaram todos tratados comerciais com os otomanos. Durante as Guerras Napoleónicas, o Império Otomano voltou a ter um lugar de destaque nas estratégias das potências europeias, mas nem assim foi plenamente integrado. Por exemplo, não participou no Congresso de Viena, onde se reconstruiu o concerto europeu.

A plena integração do Império Otomano no sistema político europeu deu-se em 1856, com o Tratado de Paris, que se seguiu à Guerra da Crimeia. O tratado foi assinado entre Constantinopla e as cinco grandes potências do concerto europeu: Áustria, França, Prússia, Reino Unido e Rússia. Como se escreveu no artigo 7, os signatários

«Déclarent le Sublime Porte admise à participer aux avantages du droit public et du concert européens. Leurs Majestés s'engagent, chacun de son côté, à respecter l'indépendance et l'intégrité territoriale de l'Empire Ottoman, garantissent en commun la strict observation de cet engagement, et considéreront, en conséquence, tout acte de nature à y porter atteinte comme une question d'intérêt général.»<sup>11</sup>

A *respublica* europeia aceitava por fim um império muçulmano como membro pleno, vinculado ao mesmo direito público e, politicamente, igual às restantes potências europeias. Foi o triunfo final do secularismo internacional, com a religião a deixar de ser um factor decisivo das relações internacionais europeias.

O século XX confirmou este princípio como um pilar da sociedade internacional global. As grandes potências não ocidentais, como o Japão, a China e a Índia, e as antigas colónias dos impérios europeus, à medida que conquistavam a sua soberania, foram-se integrando no sistema político mundial, com direitos plenos, independentemente das suas religiões. Com naturalidade, a doutrina do secularismo internacional foi consagrada pela Carta das Nações Unidas<sup>12</sup>. E, durante a segunda metade do século XX, a prática política mundial reflectiu esta visão. Os estados gozam da liberdade para organizar a sua vida religiosa, sem qualquer interferência supranacional ou transnacional e as políticas de alianças, no essencial, não obedecem a orientações religiosas. A emergência da Al-Qaida como um factor relevante da política mundial e da segurança internacional questionou estas doutrinas.

### **O RADICALISMO PAN-ISLÂMICO: DE 1979 A 2001**

O ano de 1979 foi um daqueles anos que marcou para sempre o mundo muçulmano. No dia 1 de Fevereiro, deu-se a Revolução Iraniana. No final do ano, em Novembro, a Grande Mesquita em Meca foi assaltada por um grupo radical islâmico. Um mês

depois, em Dezembro, o Exército Vermelho entrou no Afeganistão. As consequências do que aconteceu nesse ano ainda hoje se fazem sentir na política mundial e na segurança internacional.

O ano começou com o fim do reinado do xá Reza Pahlavi e com a conquista do poder no Irão pelo *ayatollah* Khomeini<sup>13</sup>. A criação da República Islâmica na antiga Pérsia teve um significado elevado para os defensores do islamismo político. Apesar de a revolução ter sido feita por um movimento xiita, a maioria dos muçulmanos sunitas percebeu que as correntes políticas islâmicas radicais tinham capacidade para chegar ao poder. Com o descrédito sofrido pelo nacionalismo árabe durante as décadas de 1960 e 1970, as sociedades muçulmanas assistiram, gradualmente, à substituição do pan-arabismo pelo pan-islamismo como ideologia política de massas<sup>14</sup>. Neste sentido, imediatamente após ter tomado o poder, Khomeini apelou à revolução islâmica no mundo muçulmano. O novo Irão abria assim o caminho para a *Pax Islâmica*. Simultaneamente, o confronto com o «Grande Satã» norte-americano acentuava-se, como demonstraram o assalto à embaixada dos Estados Unidos em Teerão, em Novembro de 1979, e a crise dos reféns que se seguiu. A Revolução Iraniana confirmava dois dos pontos centrais dos fundadores do pan-islamismo radical. O poder tinha de ser conquistado através da revolução e o Ocidente e os Estados Unidos eram o inimigo principal do «islão».

Ainda em 1979, a galvanização provocada pela revolução islâmica no Irão chegou à Arábia Saudita. No dia 20 de Novembro, cerca de 200 militantes islâmicos armados ocuparam a Grande Mesquita de Meca como forma de protesto contra a corrupção do regime e a política externa de alinhamento com os americanos. Apesar de ter enfrentado uma forte resistência, o exército do reino acabou por derrotar os assaltantes. Todavia, e com algum espanto, o mundo ficou a saber da existência de uma oposição islâmica na Arábia Saudita, como de resto se tem confirmado nos últimos anos, principalmente desde os ataques de 11 de Setembro. No entanto, o acontecimento mais significativo para o futuro do islamismo radical não foi nem a Revolução Iraniana, nem a crise saudita. O momento crucial ocorreu no fim do ano no Afeganistão.

À semelhança do que tinha acontecido na Hungria, em 1956, e na Checoslováquia, em 1968, a intervenção da União Soviética no Afeganistão visava consolidar as conquistas da revolução socialista afegã de Abril de 1978. Desde o Verão desse ano, a oposição ao regime socialista afegão recorria à violência para o combater. A resistência fundava no islão a sua legitimidade política e os actos de violência eram vistos como o início da *jihad* contra um governo apoiado por uma potência vizinha «infidel» com tropas no Afeganistão. Historicamente, a religião sempre teve uma importância central na sociedade afegã. Num país com várias identidades étnicas e culturais, e onde o Estado é uma realidade distante para a maioria da população, a religião muçulmana constitui o factor de união. Convém, no entanto, distinguir o conservadorismo religioso, com traços fundamentalistas, e próprio de uma sociedade bastante tradicional, do radicalismo islâmico.

No Afeganistão, o islão esteve sempre associado a uma organização tribal da sociedade e serviu como factor de unidade nacional e de resistência à expansão dos impérios europeus, principalmente o russo e o britânico. Faltava-lhe, contudo, os traços modernos que definem o islamismo radical: um projecto revolucionário, uma concepção totalitária do Estado e uma visão de unidade islâmica transnacional. Até aos anos de 1970, a sociedade afegã não era suficientemente moderna para poder criar um movimento político islâmico. Foi a modernização dos anos de 1970 e 1980, juntamente com a radicalização provocada pela invasão soviética, que contribuíram de modo decisivo para a emergência do radicalismo islâmico no país<sup>15</sup>.

A resistência à ocupação soviética trouxe para o Afeganistão combatentes islâmicos de todo o mundo muçulmano, especialmente dos países árabes. A partir de 1984, começaram a chegar voluntários para ajudarem a causa afegã. Foi assim que a *jihad* contra o invasor soviético se transformou na grande causa do movimento radical islâmico do final do século XX, contribuindo para a sua mobilização política. Aliás, deve notar-se que os principais apelos à *jihad* foram feitos por grupos radicais islâmicos e não por governos muçulmanos. Na segunda metade da década de 1980, no chamado «mundo islâmico», nomeadamente entre os países árabes, a causa afegã suplantou mesmo a causa palestina. Calcula-se que entre 1982 e 1992, cerca de 35 mil combatentes islâmicos de todo o mundo estiveram na guerra do Afeganistão. Estas brigadas islâmicas internacionais, ou «jihadistas», receberam a ajuda dos serviços de informação do Paquistão e das organizações islâmicas paquistanesas, nomeadamente o Jamaat-e-Islami de Mawdudi e as madrassas<sup>16</sup>.

Um milionário saudita, de nome bin Laden, foi um dos militantes radicais que chegou ao Afeganistão para combater os soviéticos. A sua visão do mundo tinha sido profundamente influenciada pelo radicalismo islâmico dos membros da Irmandade Muçulmana egípcia, influenciados pelo pensamento de Sayyid Qutb, que se refugiaram no reino saudita após terem sido expulsos do Egipto nos anos de 1960. Alguns deles, incluindo um irmão de Qutb, foram mesmo professores de bin Laden na universidade. Sob uma aparente estabilidade, vivia-se uma atmosfera de radicalismo político e religioso na Arábia Saudita, que culminou no assalto à Grande Mesquita de Meca. Estes meios radicais eram compostos por jovens universitários com uma posição social privilegiada, à semelhança do que se passava com bin Laden. A invasão do Afeganistão levou a que muitos destes jovens sauditas, juntamente com os seus professores universitários, sentissem o apelo da *jihad* contra a invasão soviética.

Em 1979, bin Laden deslocou-se aos campos de refugiados no Paquistão, iniciando a ajuda financeira à resistência afegã. Em 1982, entrou finalmente no Afeganistão, jun-

NO AFEGANISTÃO, O ISLÃO ESTEVE SEMPRE ASSOCIADO A UMA ORGANIZAÇÃO TRIBAL DA SOCIEDADE E SERVIU COMO FACTOR DE UNIDADE NACIONAL E DE RESISTÊNCIA À EXPANSÃO DOS IMPÉRIOS EUROPEUS.

tando-se aos *mujahedin*. Com o aumento da chegada dos combatentes muçulmanos dos países árabes, a partir de 1984, bin Laden montou campos de treino militar na fronteira do Paquistão com o Afeganistão, por onde passavam aqueles que ficaram conhecidos como os «afegãos árabes». Foi a partir deste momento que o milionário saudita plantou as raízes para o que viria a ser a Al-Qaida. No mesmo ano, conheceu o médico egípcio Ayman al-Zawahiri, membro da Irmandade Muçulmana, o qual tinha fugido da prisão no Egito, e é hoje um dos principais dirigentes da Al-Qaida, sendo mesmo considerado o principal cérebro dos ataques do 11 de Setembro.

Bin Laden e al-Zawahiri representam os dois padrões de árabes que se transformaram, durante a década de 1980, nos «soldados do islão»<sup>17</sup>. Por um lado, o filho de uma família milionária da Arábia Saudita, desiludido com o seu país e à procura de um rumo que acabasse com o vazio de uma vida abastada e fácil. Milhares de jovens sauditas e de outras monarquias do Golfo seguiram os passos de bin Laden. Aliás, as idas para a «guerra santa» no Afeganistão tornaram-se tão comuns que passaram a ser conhecidas como *jihād tours*. Estas estadias contribuíam para a radicalização dos jovens sauditas, integrando-os no movimento radical pan-islâmico. O outro tipo de «jihadistas» era constituído por intelectuais e membros das profissões liberais dos países do Médio Oriente e do Magrebe, muitos deles com passado político, normalmente associado à Irmandade Muçulmana. Foram eles que contribuíram para o fracasso da União Soviética no Afeganistão.

Um pouco mais moderno e muito mais radicalizado, após o fracasso da revolução socialista, o Afeganistão estava em condições de receber a revolução islâmica. A geração da ocupação soviética, educada nas madrassas do Paquistão, onde aprendeu as lições do islamismo radical, iria finalmente criar uma República Islâmica em meados dos anos de 1990. Aparentemente, quando ocuparam a Rádio Cabul na noite de 27 de Dezembro de 1979, os pára-quedistas soviéticos afirmaram o seguinte: «Vimos para salvar a revolução.» Em vez de salvarem a revolução socialista, plantaram as raízes para a emergência de uma revolução islâmica.

Empolgado com a abertura soviética, com a queda do Muro de Berlim e com as revoluções democráticas da Europa de Leste, o mundo ocidental ignorou a importância de

NO AFGANISTÃO, AS TROPAS SOVIÉTICAS  
RETIRAVAM-SE ESGOTADAS E HUMILHADAS,  
E OS COMBATENTES ISLÂMICOS PROCLAMAVAM  
VITÓRIA. SERIA APENAS UMA QUESTÃO DE TEMPO  
ATÉ EXPORTAREM O PAN-ISLAMISMO RADICAL  
PARA OUTRAS TERRAS.

uma segunda data crucial para o islamismo radical, 1989. Há uma outra maneira de contar o que aconteceu na política mundial naquele ano. Em vez de nos concentrarmos nas mudanças políticas que ocorreram em Moscovo, Berlim e Praga, podemos olhar mais para oriente e para sul. No Afeganistão, as tropas soviéticas retiravam-se esgo-

tadas e humilhadas, e os combatentes islâmicos proclamavam vitória. Seria apenas uma questão de tempo até exportarem o pan-islamismo radical para outras terras.



Quando no final dos anos de 1980 as tropas soviéticas se retiraram do Afeganistão, os membros das brigadas islâmicas internacionais tinham duas soluções. Regressavam aos seus países, onde iriam tentar fazer revoluções, como aconteceu na Argélia, no Egipto e na Arábia Saudita, ou então iam combater outras guerras de libertação em nome do islão, como no Caxemira, na Tchetchénia ou na Bósnia.

O enfraquecimento da União Soviética abria, em primeiro lugar, caminho para o aumento do islamismo na Ásia Central. Mas os suas repercussões fizeram-se sentir em muitos outros locais. Na Palestina, o Movimento da Resistência Islâmica (Hamas) passava a liderar a Intifada. No Sudão, a Frente Islâmica Nacional, liderada por Hassan al-Turabi, conquistava o poder através de um golpe de Estado. Na Argélia, a Frente Islâmica da Saudação ganhava as eleições regionais, as primeiras eleições livres desde a independência do país. Do Irão, Khomeini proclamava a *fatwa*, a declaração de morte, contra o britânico Salman Rushdie, o autor de *Os Versículos Satânicos*. Dito de outro modo, em 1989, a *jihad* afegã derrotou uma das duas superpotências, um dos principais ideólogos do movimento islâmico internacional, Turabi, chegou ao poder através da revolução e o líder da Revolução Iraniana expandiu as leis do islão para a Europa Ocidental. Em suma, um ano de vitórias e de expansão para o islamismo radical. Não foi só o Ocidente que celebrou vitórias políticas em 1989.

Em Agosto de 1990, o Iraque de Saddam Hussein invadiu o Kuwait. Receando uma possível agressão iraquiana, o reino saudita pediu protecção militar aos Estados Unidos, cuja Administração rapidamente deslocou tropas para o país<sup>18</sup>. O movimento radical islâmico saudita assistiu assim à chegada de soldados infiéis à terra sagrada do islão. Para evitar a presença militar norte-americana, bin Laden ainda ofereceu os serviços da Al-Qaida para combater as tropas iraquianas. O Governo saudita recusou a oferta. Como resposta, os radicais islâmicos declararam inválida a custódia da monarquia saudita dos lugares sagrados do islão, Meca e Medina. Bin Laden comparou o estabelecimento de bases militares americanas na Arábia Saudita à invasão soviética do Afeganistão. Convencidos de que tinham desempenhado um papel central na derrota do império soviético, bin Laden e os seus companheiros convenceram-se que também seriam capazes de vencer o império americano. A declaração de guerra aos Estados Unidos teve o seguinte título: «Declaração da *jihad* contra a ocupação americana dos lugares sagrados.» Simultaneamente, bin Laden apelava à revolução contra a monarquia saudita.

Mais a oriente, assistia-se à «talebanização» do Paquistão. Se visitarmos o site do maior partido islamita do Paquistão, o Jamaat-e-Islami, notamos que um dos textos de destaque tem o seguinte título: «Revolution, through bullet or ballot». Os acontecimentos dos últimos anos no Paquistão demonstram que as «balas» e as «bombas» têm sido bem mais activas do que os «votos». Os objectivos são criar um Estado islâmico no Paquistão, conquistar o Caxemira à Índia e purificar o país da presença da «heresia» xiita. Sabendo-se que o Paquistão é um aliado crucial dos países ocidentais no Afega-

nistão e na guerra contra a Al-Qaida, a instabilidade política do país pode ter consequências dramáticas para a segurança internacional.

Desde o início, o Paquistão foi construído para ser o Estado dos muçulmanos do subcontinente indiano<sup>19</sup>. Quando alguns dos territórios das antigas colônias britânicas na Índia deram origem ao Paquistão, em 1947, foi precisamente para preservarem a sua identidade religiosa. Após a sua criação como Estado soberano, a clarificação da sua identidade política e ideológica constituía o grande desafio do Paquistão. Conseguiria transformar-se num Estado-nação secular ou seria o país dos muçulmanos da Ásia do Sul e da Ásia Central, com uma vocação pan-islâmica e sem fronteiras bem definidas?

Logo após a independência, durante as décadas de 1950 e 1960, o país tentou construir uma via nacionalista e secular. A Constituição de 1962 foi muito pouco influenciada pelo islamismo político, os principais partidos políticos desenvolveram as suas tendências seculares e nacionalistas, e as grandes instituições do Estado, como as Forças Armadas e a administração pública, procuravam garantir a natureza secular do país. Apesar deste esforço, a adopção do modelo laico, semelhante ao que foi imposto por Atatürk na Turquia, nunca foi viável no Paquistão. A religião muçulmana tinha sido fundamental não só para o nascimento do país como também para a construção da sua identidade, e, neste sentido, seria impossível renunciar completamente ao islamismo. O movimento político que fundou o país, a Liga Muçulmana, procurou reconciliar a identidade muçulmana com o nacionalismo, de modo a controlar as tradições islâmicas mais militantes e radicais. Com rigor, a escolha que se colocou ao Paquistão desde o início foi entre um nacionalismo muçulmano moderado, com elementos seculares, e um pan-islamismo radical e expansionista.

Desde o início do século XX, o pan-islamismo foi uma das ideias dominantes entre os muçulmanos do subcontinente indiano. Nos anos de 1920, foi criado o Movimento do Califado, que defendia a manutenção do califado islâmico, opondo-se fortemente ao movimento secular turco, o qual era visto como uma traição ao pan-islamismo. O movimento era igualmente marcado por uma grande oposição ao colonialismo britânico e uma enorme hostilidade em relação à religião hindu. Em grande medida, foi este movimento pan-islâmico que esteve na origem do principal partido islâmico, Jamaat-i-Islami, fundado pela maior referência do islamismo político no Paquistão, Maududi. Para os seus seguidores, além de ser um Estado islâmico, o Paquistão é um símbolo do movimento pan-islâmico internacional.

As guerras com a Índia, a propósito do Caxemira, em 1965 e em 1971, tiveram um efeito de radicalização da sociedade paquistanesa. Os resultados foram a introdução do conceito de «Paquistão islâmico» pela Constituição de 1973 e, quatro anos mais tarde, o golpe de Estado que levou o general Zia-ul-Haq ao poder. A partir de então, uma sucessão de acontecimentos internacionais iria radicalizar ainda mais a sociedade paquistanesa e reforçar a vocação pan-islâmica do país.

Depois de ter deposto o primeiro-ministro, eleito democraticamente, Ali Bhutto, o general Zia introduziu a *sharia*, a lei islâmica. Grande admirador de Maududi, o general promoveu o islamismo a ideologia de Estado e adoptou como objectivo para o país a promoção da «ordem social do Profeta». A construção de uma ordem islâmica permitia a manutenção da ditadura militar, dando-lhe mesmo legitimidade política. Em 1979, o regime adoptou um conjunto de medidas que reforçaram a islamização do país. Foi introduzido um Código Penal Islâmico que incluía castigos corporais, o princípio da igualdade entre o homem e a mulher foi abandonado, e a educação e a economia foram fortemente islamizadas. No caso da educação, o legado de Zia teve profundas implicações para o futuro da vida política paquistanesa. O general fez tudo para transformar o país num centro de ensino e divulgação do islamismo radical. Logo em 1980, com apoio do regime, foi aberta a Universidade Islâmica Internacional em Islamabad, a qual atraiu estudantes, intelectuais e professores das correntes radicais islâmicas, como a Irmandade Muçulmana, o wahabismo saudita e a tradição militante Deobandi. Além disso, o próprio Estado começou a financiar a construção de madrassas. Conduzidas por líderes religiosos bastante radicais, estas escolas islâmicas exercem uma grande influência sobre a juventude paquistanesa. Quando foi morto, o general Zia deixou como herança cerca de oito mil madrassas. Apesar do mundo estar concentrado na revolução iraniana de 1979, ao lado estava a surgir uma outra república islâmica.

As profundas alterações ocorridas no início dos anos de 1990 deram origem a duas tendências que contribuem igualmente para o aumento do islamismo radical no sub-continente indiano e na Ásia Central. Por

um lado, o declínio e o colapso da antiga União Soviética e o início da revolta da população muçulmana do Caxemira fortaleceram a vocação pan-islâmica do Paquistão. O fim da potência comunista deixou

um vazio de poder no Afeganistão e nas cinco antigas repúblicas soviéticas da Ásia Central, todas elas muçulmanas. De acordo com a sua natureza ideológica, o Paquistão procurou preencher esse vazio de poder, recorrendo a movimentos islâmicos radicais, como ficou demonstrado com o apoio que deram aos taleban no Afeganistão e aos grupos militantes da Ásia Central. Do mesmo modo, instituições do Estado paquistanês, como os serviços de segurança, o ISI, apoiam activamente os grupos islâmicos do Caxemira na *jihad* contra a Índia.

Por outro lado, a retirada das forças soviéticas do Afeganistão e a conquista do poder no país pelos taleban, em 1996, levou os militantes islâmicos a procurarem exportar a revolução islâmica para o Paquistão, para as repúblicas da Ásia Central e para o Caxemira. O Paquistão está no centro deste «grande jogo islâmico» e está enterrado num paradoxo. Está numa posição de força porque é o único país que tem capacidade para

O DECLÍNIO E O COLAPSO DA ANTIGA UNIÃO SOVIÉTICA, E O INÍCIO DA REVOLTA DA POPULAÇÃO MUÇULMANA DO CAXEMIRA FORTALECERAM A VOCAÇÃO PAN-ISLÂMICA DO PAQUISTÃO.

liderar o movimento pan-islâmico que assolou a região desde o fim da Guerra Fria. No entanto, encontra-se ameaçado pela revolução islâmica, o que enfraquece o próprio Estado paquistanês.

Neste momento, a coesão do Paquistão está ameaçada por dois movimentos revolucionários. Um deles é originário das estruturas e das instituições do Estado. Os serviços de segurança e os escalões médios e baixos das Forças Armadas estão cada vez mais radicalizados e defendem o regresso ao modelo do general Zia. Além disso, após terem estado no poder nos anos de 1980 e 1990, e tendo o controlo da maioria das madrassas, os partidos radicais islâmicos estão a aumentar a sua base de apoio. A outra ameaça tem origem na radicalização das zonas tribais. As fronteiras entre o Paquistão e o Afeganistão são extremamente fluidas. Antes de mais, não há uma fronteira internacionalmente reconhecida, existindo apenas a chamada «Linha Durand», uma herança do Império Britânico. Também não há diferenças étnicas entre os dois lados da fronteira. O vasto território do Leste do Afeganistão e do Noroeste do Paquistão é habitado pela etnia Pashtun. Além da afinidade étnica, estas regiões tribais são, tradicionalmente, resistentes em relação aos poderes políticos centrais, primeiro em relação ao Império Britânico e, depois, em relação aos estados paquistanês e afegão, e são igualmente centros de radicalismo islâmico. Os líderes regionais, normalmente membros dos partidos islâmicos, não aceitam a autoridade do Estado e seguem as suas formas de sharia locais.

Quando se olha hoje para o Paquistão vê-se um Estado fraco e ameaçado por forças revolucionárias, uma sociedade ainda mais radicalizada após a intervenção militar dos Estados Unidos no Afeganistão e uma vasta região autónoma, com as suas leis islâmicas e as suas forças militares. Na prática, estamos perante uma pequena federação de talebans, onde se esconde bin Laden, e que pretende alargar a revolução islâmica ao resto do Paquistão, ao Caxemira e à Ásia Central. Uma das prioridades dos Estados Unidos e dos seus aliados europeus, na área da segurança internacional, é evitar que regimes radicais, como o Irão, adquiram armas nucleares. É muito mais urgente impedir que países com armas nucleares, como o Paquistão, sucumbam a revoluções islâmicas.

Na Europa, em 1992, as guerras jugoslavas alastraram à Bósnia, com os ataques dos sérvios a Sarajevo. Ainda no mesmo ano, na Argélia, começou a guerra civil que opôs os militantes islâmicos ao Governo. Contribuindo para a retirada das forças soviéticas do Afeganistão, bin Laden e os seus companheiros acreditaram que tinham sido os principais responsáveis pela derrota do imperialismo soviético. Simultaneamente, após a intervenção militar no Iraque em 1991, os Estados Unidos mantiveram tropas na Arábia Saudita, território sagrado para o islão, transformando-se assim no principal inimigo do pan-islamismo radical, após o colapso da União Soviética. Até 1989, a jihad exigia a aliança com o Ocidente. A partir do início dos anos de 1990, a luta pelas revoluções islâmicas juntou-se à guerra contra o Ocidente<sup>20</sup>.

Entretanto, com o fim da guerra no Afeganistão, os *mujahedin* viram-se obrigados a procurar outros campos de batalha. Umhas brigadas foram para a Argélia e para o Egipto, outras dirigiram-se para a Bósnia e algumas para o Caxemira, para a Ásia Central e para o Cáucaso. Em 1992, o Governo argelino cancelou as eleições que teriam sido ganhas pela Frente Islâmica da Saudação (FIS)<sup>21</sup>. Como resposta, os grupos radicais islâmicos, que mais tarde deram origem ao Grupo Islâmico Armado (GIA), iniciaram uma guerra civil que, entre 1992 e 1997, causou para cima de 100 mil mortos. O conflito resultou, antes de mais, da radicalização da sociedade argelina e do crescimento do movimento islâmico argelino, onde mais uma vez se nota a influência dos pais fundadores do islamismo radical. Logo nos anos de 1960, foi fundado um grupo islâmico, Valores Islâmicos, profundamente influenciado pela Irmandade Muçulmana, em particular pelo pensamento de Sayyid Qutb. Com a radicalização das sociedades muçulmanas nas décadas de 1970 e 1980, após a Revolução Iraniana e a invasão soviética do Afeganistão, apareceu, em 1982, o primeiro grupo armado argelino, o Movimento Islâmico Armado. Nota-se, assim, a emergência gradual de um movimento revolucionário islâmico na Argélia, o qual, após 1989, com a criação do FIS, passou a defender a construção de um Estado islâmico. Os alvos a abater seriam todos aqueles que defendiam a secularização, a modernização e a ocidentalização da sociedade argelina.

A causa revolucionária recebeu um grande impulso com o regresso dos «veteranos do Afeganistão». Os argelinos constituíram o segundo contingente mais numeroso, a seguir ao egípcio, de nacionais de um país árabe que combateram no Afeganistão contra as tropas soviéticas. Quando regressaram, empenharam-se na revolução islâmica através da luta armada. No dia 28 de Novembro de 1991, um grupo de «afegãos» atacou instalações do Exército argelino, matando dezenas de soldados. Foi naquele momento que apareceu o GIA, iniciando-se a *jihad* argelina. Tal como no Afeganistão, o objectivo seria substituir um governo infiel, antigo aliado da defunta União Soviética, por um governo islâmico. Foi através dos «veteranos do Afeganistão» que a Al-Qaida chegou à Argélia e desempenhou um papel importante na condução da guerra civil no país. Todos eles mantinham ligações quer com o núcleo duro do movimento, liderado por bin Laden, exilado no Sudão, quer com outros

«militantes afegãos», dispersos pelo Médio Oriente, pela Ásia Central e pela Europa.

Em 1994, a *jihad* argelina conheceu uma nova escalada e estendeu-se a França. Para os revolucionários islâmicos, o regime argelino, colocado no poder pela França e treinado por Paris, era visto como um inimigo do islão. Fazia todo o sentido, numa guerra contra um aliado da França, não só atacar alvos franceses na Argélia, como levar a *jihad* para o território francês. Foi o que aconteceu a partir de meados da década de 1990. Em Dezembro de 1994, o GIA captu-

EMBORA SEM A VIOLÊNCIA DA ARGÉLIA,  
DO EGÍPTO AO PAQUISTÃO, PASSANDO PELA  
ARÁBIA SAUDITA, AS GUERRAS REVOLUCIONÁRIAS  
CONTRA GOVERNOS ALIADOS DAS POTÊNCIAS  
OCIDENTAIS ESTENDERAM-SE UM POUCO POR  
TODO O MUNDO MUÇULMANO.

rou um avião da Air France, com o objectivo de o fazer explodir em Paris e, a partir do Verão de 1995, fez uma série de ataques terroristas na capital francesa. Os radicais islâmicos argelinos passaram a combater, usando as palavras de um dirigente do GIA, «a antiga potência colonial e o maior inimigo do islão no Ocidente». Dificilmente se arranja um caso que mostre melhor a ligação entre a revolução islâmica e a guerra contra o Ocidente. Embora sem a violência da Argélia, do Egipto ao Paquistão, passando pela Arábia Saudita, as guerras revolucionárias contra governos aliados das potências ocidentais estenderam-se um pouco por todo o mundo muçulmano durante os anos de 1990. No mesmo período, iniciaram-se outras *jihads* que iriam igualmente desafiar a ordem política e de segurança ocidental.

O segundo padrão de guerras islâmicas refere-se a lutas pela independência de territórios habitados por populações muçulmanas mas sob a autoridade de governos não muçulmanos. Os principais casos foram o Caxemira, onde os separatistas estavam e estão em guerra com o Governo indiano, a Tchetchénia, a lutar pela independência de Moscovo, e a Bósnia, em guerra contra a Sérvia. A partir de 1992, muitos «veteranos do Afeganistão» deslocaram-se para estes territórios para prosseguirem a luta pelo islão. Quando, em Abril desse ano, as forças sérvias atacaram Sarajevo, dando início à guerra na Bósnia, os movimentos islâmicos viram uma guerra entre cristãos e muçulmanos, onde os últimos eram massacrados perante a passividade das potências ocidentais. Foi mais do que suficiente para mobilizar grupos de militantes islâmicos para a *jihad* na Bósnia, calculando-se que cerca de quatro mil «*jihadistas*» foram do Afeganistão e do Paquistão para a Bósnia, a maioria com o apoio financeiro e logístico da Arábia Saudita<sup>22</sup>. Como afirmou um deles, com evidente alegria, «apenas quinze dias se passaram entre a reconquista de Cabul e o início da guerra na Bósnia, confirmando-se o que afirmou o Profeta: a *jihad* continuará até ao Dia do Julgamento. Mudámo-nos para a Bósnia e começámos uma nova *jihad*».

Os militantes islâmicos tinham dois objectivos para a Bósnia. Por um lado, combater os «infiéis» sérvios, o que fizeram com algum sucesso e muita brutalidade. Por exemplo, uma das práticas a que recorriam habitualmente era a decapitação dos soldados sérvios. Por outro lado, pretendiam impor a ideologia islâmica, levando a revolução até à Bósnia. Aqui, não conseguiram derrotar a natureza secular da sociedade bósnia e fracassaram. Após o fracasso, o ressentimento dos grupos islâmicos aumentou quando, após os Acordos de Paz de Dayton, perceberam que a *jihad* islâmica seria substituída pela *Pax Americana*, imposta pela NATO. Apesar do fracasso, a experiência bósnia teve um efeito negativo para a Europa. Os militantes islâmicos que foram para a Bósnia dividiam-se em dois grupos principais: os sauditas e os árabes do Norte de África, maioritariamente argelinos e egípcios. Ora a maioria dos que pertenciam ao segundo grupo espalharam-se pela Europa, dando origem a células terroristas. Muitos dos membros da Al-Qaida que estão hoje nos países europeus vieram do Afeganistão, passando pela Bósnia. Há ainda uma última lição a retirar. A rapidez com que milhares de com-

batentes islâmicos se deslocaram do Afeganistão para o Centro da Europa não deixa de ser espantosa. Vejam a seguinte comparação: o número de «jihadistas» que foram para a Bósnia é semelhante ao número de militares que os países europeus da NATO mandaram para o Afeganistão, desde 2002. Estes dados deveriam obrigar os governos europeus a reflectir. Demonstram igualmente o apoio que alguns estados muçulmanos ou instituições de segurança desses estados dão aos grupos radicais islâmicos. Durante a segunda metade da década de 1990, as várias guerras islâmicas transformaram-se, gradualmente, numa *jihad* global.

Antes de concluir, é importante referir que a *jihad* contra o Ocidente apoia-se numa ideologia política, o islamismo radical, que surgiu muito antes da Al-Qaida. Como vimos, apareceu nos anos de 1920 com o movimento da Irmandade Muçulmana, criado no Egipto. Desde o início, a sua característica central foi um profundo anti-ocidentalismo, resultado de um ressentimento his-

tórico contra o domínio das potências ocidentais. Este anti-ocidentalismo levou à rejeição das ideologias políticas ocidentais, com origem nos países do «Dar al-Harb» (o território dos infiéis), e ao apelo à purificação no «Dar al-Islam» (área do islão) através da revolução islâmica contra governos hereges. Este ressentimento anti-ocidental é completado pela defesa da solidariedade da «Umma», a comunidade islâmica mundial, o que leva, por exemplo, à obrigação de os muçulmanos participarem na *jihad* contra uma agressão de um Estado não muçulmano. Foi o que aconteceu no Afeganistão, após 1979. De resto, como programa político, a primeira geração do islamismo radical limitava-se a defender a criação de estados islâmicos.

Entre 1992 e 1998, a Al-Qaida aceitou as ideias e as doutrinas centrais do movimento islâmico radical. Politicamente, como vimos, apelou a revoluções islâmicas nos países muçulmanos e a *jihad*s contra governos não muçulmanos. Neste sentido, no plano ideológico, a Al-Qaida é filha do movimento da Irmandade Muçulmana. Durante este período, o movimento de bin Laden desempenhou um papel relevante no plano organizativo. De acordo com a sua designação, funcionava como a «base» das várias guerras islâmicas, servindo como elemento de contacto entre os diferentes grupos islâmicos. Em 1998, dá-se uma ruptura crucial, com a Al-Qaida a transformar-se na vanguarda de uma internacional islâmica radical em guerra contra o Ocidente.

No dia 23 de Fevereiro de 1998, um jornal árabe publicado em Londres, o *Al-Quds al-Arabi*, publicou uma «Declaração da Frente Islâmica Mundial para a guerra santa contra os judeus e os cruzados». Segundo o jornal, o documento foi assinado por bin Laden e outros líderes islâmicos radicais, do Egipto e do Paquistão. O texto refere três razões para declarar guerra ao «Ocidente». A primeira aponta a presença militar norte-americana na Arábia Saudita: «Há mais de sete anos que os Estados Unidos ocupam as terras sagradas do islão.» A segunda refere as sanções contra o Iraque, as quais procuram «destruir o Iraque,

A *JIHAD* CONTRA O OCIDENTE APOIA-SE NUMA IDEOLOGIA POLÍTICA, O ISLAMISMO RADICAL, QUE SURTIU MUITO ANTES DA AL-QAIDA.

o mais poderoso dos estados árabes». Além disso, «a agressão americana contra o Iraque é feita a partir do território saudita». Esta situação equivale a «uma declaração de guerra pelos americanos contra Deus, o Profeta e os muçulmanos». A terceira razão resulta da ocupação de Jerusalém pelos israelitas. Convém, no entanto, sublinhar que para a Al-Qaida a ocupação dos territórios ocupados não é a questão relevante. Ou seja, a construção de um Estado palestino não acaba com a «ocupação de Jerusalém». Segundo a Al-Qaida, o problema só estaria resolvido com o fim do Estado de Israel. Perante este cenário, o documento afirma que «matar americanos e os seus aliados, tanto militares como civis, é um dever individual de todos os muçulmanos, e devem fazê-lo em qualquer país onde seja possível, até Meca e Jerusalém estarem libertas e os exércitos infiéis terem partido das terras do islão». Há dois pontos relevantes nesta declaração de guerra. Em primeiro lugar, a *jihad* contra o Ocidente torna-se no dever pessoal de todos os muçulmanos. Em segundo, não se faz nenhuma distinção entre alvos civis e alvos militares; é inteiramente legítimo atingir ambos. Foi esta doutrina, formulada em 1998, que levou aos ataques do 11 de Setembro.

Desde os ataques a Nova York e a Washington, o mundo, e em particular o Ocidente, perceberam que enfrentam uma ameaça muito séria e perigosa. Antes de mais à vida e à segurança dos seus cidadãos. Num outro plano, o pan-islamismo radical constitui um desafio a princípios e normas que vigoram na sociedade internacional desde o século XVII, às quais, no seu conjunto, chamei secularismo internacional. Como mostram os casos do Afeganistão, do Paquistão, da Argélia, do Egipto, da Arábia Saudita, da Tchetchénia, da Bósnia, os movimentos transnacionais sentem legitimidade para dizerem aos estados soberanos muçulmanos como é que devem organizar a sua vida religiosa. Há um «modelo islâmico» que se deve aplicar a todos. Além disso, para enfraquecer e derrotar o Ocidente, as forças islâmicas devem aliar-se. Ou seja, a identidade religiosa determina as alianças externas. O modo como bin Laden desafia Richelieu reflecte-se nas palavras de ambos. O segundo disse, como vimos, no início da participação francesa na Guerra dos Trinta Anos, que não seria sua intenção «intervir numa guerra de religião». O primeiro apela à guerra santa, ou seja, às guerras religiosas. Conseguirão os actuais «Richelieus» ocidentais resistir a entrar num conflito de religião? Uma questão central para o século XXI. *RJ*



- 1** Sobre a evolução das tradições seculares na Europa, cf. OESTREICH, Gerhard – *Neostoicism and the Early Modern State*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982; SKINNER, Quentin – *The Foundations of Modern Political Thought, Volume One the Renaissance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978; TUCK, Richard – *Philosophy and Government 1572-1651*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993; e VIROLI, Maurizio – *From Politics to Reason of State: The Acquisition and Transformation of the Language of Politics 1250-1600*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- 2** Sobre a Reforma e os conflitos religiosos, cf. SKINNER, Quentin – *The Foundations of Modern Political Thought, Volume Two the Reformation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978; TUCK, Richard – *Philosophy and Government 1572-1651*; e VAN GELDEREN, Martin – *The Political Thought of the Dutch Revolt 1555-1590*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- 3** Citado em PAGÉS, G. – *The Thirty Years War*. Londres: Routledge, 1971, p. 117.
- 4** Cf., PAGDEN, Anthony – «Europe: conceptualizing a continent». In PAGDEN, Anthony (ed.) – *The Idea of Europe: From Antiquity to the European Union*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- 5** É importante fazer aqui uma qualificação. Se, por um lado, os tratados de Vestefália foram assinados entre soberanos, por outro, trataram igualmente da reorganização constitucional do Sacro-Império Romano do Ocidente e neste caso as relações suzerano-vassalo continuaram a ter um lugar importante. Cf. ASCH, Ronald G. – «The *Ius Foederis* ee-examined: the peace of Westphalia and the constitution of the Holy Roman Empire». In LESAFFER, Randall (ed.) – *Peace Treaties and International Law in European History: From the Late Middle Ages to World War One*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004; e OSIANDER, Andreas – *The States System of Europe 1640-1990: Peacemaking and the Conditions of International Stability*. Oxford: Oxford University Press, 1994.
- 6** Cf. LESAFFER, Randall – «Peace treaties from Lodi to Westphalia». In LESAFFER, Randall (ed.) – *Peace Treaties and International Law in European History: From the Late Middle Ages to World War One*.
- 7** Cf. DUCHHARDT, Heinz – «Peace treaties from Westphalia to the Revolutionary Era». In LESAFFER, Randall (ed.) – *Peace Treaties and International Law in European History: From the Late Middle Ages to World War One*.
- 8** Esta análise é desenvolvida em ALMEIDA, João M. – «Hedley bull, “embedded cosmopolitanism”, and the pluralist-solidarist debate». In LITTLE, Richard, e WILLIAMS, John (eds.) – *The Anarchical Society in a Globalized World*. Londres: Palgrave, 2006.
- 9** Cf. WATSON, Adam – «Rússia and the European states system». In BULL, Hedley, e WATSON, Adam (eds.) – *The Expansion of International Society*. Oxford: Clarendon Press, 1984.
- 10** Para duas análises clarificadoras do tema, cf. NAFF, Thomas – «The Ottoman Empire and the European states system». In BULL, Hedley, e WATSON, Adam (eds.) – *The Expansion of International Society*; e ZIEGLER, Karl-Heinz – «The peace treaties of the Ottoman Empire with European Christian powers». In LESAFFER, Randall (ed.) – *Peace Treaties and International Law in European History: From the Late Middle Ages to World War One*.
- 11** Citado em ZIEGLER, Karl-Heinz – «The peace treaties of the Ottoman Empire with European Christian powers», p. 362.
- 12** Cf. discussão em ROBERTS, Adam, e KINGSBURY, Benedict (eds.) – *United Nations, Divided World: The UN's Roles in International Relations*. Oxford: Clarendon Press, 1993.
- 13** A Revolução Iraniana é tratada em HALLIDAY, Fred – *Islam and the Myth of Confrontation: Religion and Politics in the Middle East*. Londres: I. B. Tauris, 1996), cap. II; e WALT, Stephen – *Revolution and War*. Londres: Cornell University Press, 1996, cap.V.
- 14** Cf. KEPEL, Gilles – *The Roots of Radical Islam*. Londres: Saqi, 2005; e LEWIS, Bernard – *The Crisis of Islam: Holy War and Unholy Terror*. Londres: Phoenix, 2003.
- 15** MALEY, William (ed.) – *Fundamentalism Reborn? Afghanistan and the Taliban*. Londres: Hurst and Company, 2001.
- 16** RASHID, Ahmed – *Os Talibãs: o Islão, o Petróleo e o Novo Grande Jogo na Ásia Central*. Lisboa: Terramar, 2001.
- 17** Cf. ESPOSITO, John – *Unholy War: Terror in the Name of Islam*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- 18** Cf. PISCATORI, James (ed.) – *Islamic Fundamentalisms and the Gulf Crisis*. The American Academy of Arts and Sciences, 1991.
- 19** KEPEL, Gilles – *Jihad: The Trail of Political Islam*. Cambridge: Harvard University Press, 2002, cap. IV; para uma análise mais histórica e detalhada sobre o radicalismo pan-islâmico no Paquistão, cf. ALLEN, Charles – *God's Terrorists: The Wahhabi Cult and the Hidden Roots of Modern Jihad*. Londres: Little and Brown, 2006.
- 20** Cf. FULLER, Graham, e LESSER, Ian – *A Sense of Siege: The Geopolitics of Islam and the West*. Boulder, CO: Westview Press, 1995.
- 21** Sobre Argélia, cf. KEPEL, Gilles – *Jihad: The Trail of Political Islam*, cap. XI.
- 22** *Ibidem*, cap. X.